

ESTADO DA BAHIA  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO E DA DEFENSORIA PÚBLICA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
**MAIO/2012 A ABRIL/2013**

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

Apresentação de valores em R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>11.369.294.152,56</b>	
Pessoal Ativo	7.655.661.015,36	
Pessoal Inativo e Pensionistas	3.678.322.544,76	
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ( § 1º do art. 18 da LRF)	35.310.592,44	
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)</b>	<b>2.463.106.511,73</b>	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	3.328.654,90	
Decorrentes de Decisão Judicial	23.682.128,39	
Despesas de Exercícios Anteriores	15.622.755,36	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.420.472.973,08	
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL - TDP (III) = (I - II)</b>	<b>8.906.187.640,83</b>	
<b>TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL - TDP (IV) = (IIIa + IIIb)</b>		<b>8.906.187.640,83</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>		<b>VALOR</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		<b>21.658.699.670,60</b>
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL - TDP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100		<b>41,12</b>
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 48,60%		<b>10.526.128.039,91</b>
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 46,17%		<b>9.999.821.637,92</b>
LIMITE DE ALERTA (Inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 43,74%		<b>9.473.515.235,92</b>

**FONTE: SICOF/FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF - 24/05/2013 13:43**

Nota:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:  
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

2) Este Demonstrativo é parte integrante do RGF do poder executivo e da defensoria pública